

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.273 - MG (2020/0071663-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : TIAGO LUIZ FERREIRA DA COSTA CUNHA (PRESO)
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ CARNEIRO GONZAGA - MG112625
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 133):

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES - PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP - INSUFICIÊNCIA DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES NÃO PRISIONAIS - ART. 319, CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.

- Evidenciado elementos aptos a demonstrar o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, a segregação preventiva mostra-se necessária, mormente para garantia da ordem pública.

- Paciente que, na companhia dos corréus, detinham o poder de controle do tráfico de drogas, mantinham uma associação criminosa voltada para a prática de crimes, e são apontados como os agentes que ceifaram a vida da vítima P.A.P, sendo esta atingida por cerca de 14 (quatorze) projéteis de arma de fogo. Além disso, o paciente é contumaz na prática delitiva, ostentando maus antecedentes, possuindo passagens criminais por diversos outros crimes, e, inclusive, estava em liberdade provisória.

- De acordo com posicionamento firmado pelo STJ, "as condições subjetivas favoráveis do recorrente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva".

- Ordem denegada.

O recorrente foi preso preventivamente em 19/11/2019 e denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, I e IV, e 288, ambos do Código Penal e 244-B da Lei 8.069/90, na forma do art. 69 do código repressivo.

Neste recurso argumenta-se, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e de contemporaneidade da medida extrema, além de excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, requerendo, liminarmente e no mérito, a sua revogação.

Na origem, Processo 0086927-42.2018.8.13.0699, oriundo da 1ª Vara

Criminal de Ubá/MG, realizou-se audiência de instrução e julgamento em 20/2/2020, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

De início, o tema referente à ausência de contemporaneidade da custódia cautelar não foi debatido no acórdão recorrido, inviabilizando o seu exame nesta sede sob pena de indevida supressão de instância.

No mais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto preventivo foi proferido nos seguintes termos (fl. 89):

[...] Compulsando a representação, verificam-se no caso a lume, indícios suficientes da autoria do crime em face do investigado, sendo necessária a decretação de sua prisão para a garantia da ordem pública.

Ademais, extrai-se dos autos que tratam-se de pessoas com vocação para a delinquência, possuindo passagens por vários crimes, inclusive homicídio, tráfico de drogas, roubo, demonstrando-nos total desrespeito pelas normas de conduta social, colocando em risco a ordem pública.[...]

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser considerada idônea, com esteio na vivência delitiva do réu, ora recorrente, pois *extrai-se dos autos que tratam-se de pessoas com vocação para a delinquência, possuindo passagens por vários crimes, inclusive homicídio, tráfico de drogas, roubo, demonstrando-nos total desrespeito pelas normas de conduta social, colocando em risco a ordem pública.*

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

No tocante ao excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, aos prazos consignados na lei processual deve-se atentar o julgador

Superior Tribunal de Justiça

às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário o exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, acerca do andamento detalhado da ação penal e da situação prisional do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator